

ÁREA TEMÁTICA: ESTRATÉGIA

**TÍTULO: A DIVULGAÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA DE BANCOS DO
SEGMENTO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NO BRASIL: ESTUDO BASEADO EM
RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DA BASILEIA**

Resumo

Este trabalho buscou analisar os níveis de divulgação da governança corporativa de bancos do segmento de aquisição de veículos no Brasil, baseado em Recomendações do Comitê da Basileia. Trata-se de estudo descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Selecionaram-se 23 bancos por acessibilidade aos dados, conforme relatório de taxa de juros do Banco Central de junho de 2019. Efetuou-se uma pesquisa documental e o tratamento dos dados empregou a análise de conteúdo, considerando 9 categorias e 40 subcategorias baseadas em Recomendações do Comitê da Basileia contidas no documento '*Corporate Governance Principles for Banks*'. Em complemento, empregaram-se estatísticas descritivas e inferenciais nas análises. Examinaram-se 832 subcategorias aplicáveis ao estudo, apurando-se que o nível de divulgação da governança corporativa dos bancos do segmento de aquisição de veículos apresentou a presença de 63,34% do total de subcategorias analisadas. Em geral, os percentuais de presença não se distribuíram uniformemente entre categorias e subcategorias. A pesquisa pode contribuir para reflexões de acadêmicos e demais partes interessadas na governança corporativa de bancos no País.

Palavras-chave: Governança Corporativa. Bancos. Divulgação.

Abstract

This paper sought to analyze the disclosure levels of corporate governance of banks in the vehicle acquisition segment in Brazil, based on Recommendations from the Basel Committee. This is a descriptive study, with a qualitative and quantitative approach. 23 banks were selected for accessibility to the data, according to the Central Bank's interest rate report of June 2019. A documentary research was carried out and the data treatment used content analysis, considering 9 categories and 40 subcategories based on Recommendations of the Basel Committee contained in the document '*Corporate Governance Principles for Banks*'. In addition, descriptive and inferential statistics were used in the analyzes. 832 subcategories applicable to the study were examined, and it was found that the level of disclosure of corporate governance in banks in the vehicle acquisition segment showed the presence of 63.34% of the total subcategories analyzed. In general, the percentages of presence were not evenly distributed between categories and subcategories. The research can contribute to reflections by academics and other interested parties in the corporate governance of banks in the country.

Keywords: Corporate governance. Banks. Disclosure.

1. Introdução

O crescimento das corporações e a dispersão do capital no final do século XIX, determinava uma nova ordem para as sociedades anônimas. Neste período, o mundo corporativo passou por mudanças nas forças de gestão e estruturas de poder que culminaram na separação entre a propriedade e a gestão (ANDRADE; ROSSETTI, 2014; BERLE; MEANS, 1932).

Para compatibilizar os interesses de proprietários, gestores e demais partes interessadas, as companhias passaram a adotar princípios e práticas de governança corporativa, inclusive as instituições financeiras. Considerando o nível de complexidade das instituições do Sistema Financeiro Nacional [SFN], essas são práticas importantes para manter a resistência a crises e para diminuir perdas. As crises e fraudes em instituições financeiras na década de 90 e escândalos contábeis ocorridos nos anos 2000 em instituições não financeiras mostraram a necessidade de mecanismos sólidos de governança corporativa e gerenciamento de riscos (COIMBRA, 2011).

Considerando a atenção que deve ser dada ao setor bancário, o *Basel Committee on Banking Supervision* [BCBS] ou Comitê da Basileia para Supervisão Bancária, discute e propõe recomendações para regulamentação prudencial e cooperação para supervisão bancária internacional, inclusive a respeito princípios de governança corporativa em bancos (BANCO CENTRAL DO BRASIL [BCB], 2019a). Nesse sentido, o BCBS vem publicando documentos nos últimos anos desde 1999 (BCBS, 1999, 2006, 2010, 2015).

Como exemplo de recomendações, em 2015 o BCBS divulgou o documento *'Corporate Governance Principles for Banks'* (BCBS, 2015). O referido documento inclusive, trouxe evidências que permitem estudar empiricamente o nível de divulgação da governança em bancos no Brasil. Tendo em vista os diferentes setores de atuação dos bancos no País, um dos setores em que o referido nível de divulgação pode ser analisado é o de bancos que atuam no financiamento da aquisição de veículos.

Destaca-se a importância do setor automobilístico no Brasil. A evolução na concessão de crédito para aquisição de veículos, segundo a Federação Brasileira de Bancos, fez com que ocorresse um crescimento de 33,00% na comercialização de veículos em comparação com 2018 (FEBRABAN, 2019). Adicionalmente, segundo dados do Ministério da Economia para o ano de 2016, o Brasil alcançou a 8ª colocação no ranking do mercado de comercialização de veículos no mundo (BRASIL, 2019).

Além disso, diversos bancos financiam veículos, estando ou não vinculados a associações de veículos, a exemplo da Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras [ANEF]. Esse setor de financiamento representou 22,00% do Produto Interno Bruto industrial brasileiro e 4% no PIB Total em 2015 (BRASIL, 2019).

Diante do contexto exibido nos parágrafos anteriores, o objetivo desta pesquisa é analisar os níveis de divulgação da governança corporativa de bancos do segmento de aquisição de veículos no Brasil, baseado em Recomendações do Comitê da Basileia. Realiza-se estudo descritivo, de natureza qualitativa e quantitativa. Selecionam-se 23 bancos por acessibilidade aos dados, conforme relatório de taxa de juros – modalidade pessoa física - aquisição de veículos, disponibilizado no site do BCB na data base junho de 2019 (BCB, 2019b). Realiza-se pesquisa documental e tratam-se os dados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) considerando 9 categorias e 40 subcategorias baseadas nas referidas recomendações. Empregam-se estatísticas descritivas e inferenciais nas análises.

Esta pesquisa possui relevância por contribuir para promover o conhecimento acerca do nível de divulgação da governança corporativa em bancos e, também, contribui para aumentar o conhecimento acerca da governança em bancos que atuam em segmento responsável pelo financiamento para a aquisição de veículos no Brasil. A escolha das instituições do referido segmento considerou a evolução na concessão de crédito para aquisição de veículos no País e a colocação internacional do Brasil no ranking do mercado de aquisição de veículos, conforme citado nos parágrafos anteriores desta introdução (FEBRABAN,2019; BRASIL, 2019). Em complemento, o estudo pode contribuir para reflexões de acadêmicos, gestores dos bancos, clientes, regulador, associações de bancos do referido segmento e demais partes interessadas.

Além dessa introdução, o artigo apresenta o referencial teórico, a metodologia e os resultados obtidos e as conclusões. As referências empregadas na pesquisa encontram-se ao final do trabalho.

2. Referencial Teórico

2.1 Governança Corporativa

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], define a governança corporativa da seguinte forma:

[...] envolve um conjunto de relações entre uma empresa, administração, seu conselho, seus acionistas e outras partes interessadas. A Governança Corporativa também fornece a estrutura por meio da qual os objetivos da empresa são definidos, e os meios para atingir esses objetivos e monitorar o desempenho são determinados (OCDE, 2015, p. 9).

Já o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC] define a governança como “[...] o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas” (IBGC, 2015, p. 3).

O estudo da governança corporativa pode ser realizado com base em mais de uma abordagem, como as abordagens dos *shareholders* e a dos *stakeholders*. A abordagem dos *shareholders* é baseada na Teoria da Agência que de acordo com Jensen e Meckling (1976), é a relação que se dá sob um contrato em que uma ou mais pessoas (principal/acionistas), emprega uma outra pessoa (agente/gestor) para executar atividade que necessite de poder de decisão, caso as decisões não estejam de acordo com os interesses do principal irá gerar conflitos de interesses. Já abordagem dos *stakeholders* sinaliza que pode considerar, além dos acionistas, as demais partes interessadas no desempenho da organização, como clientes, fornecedores, empregados (FREEMAN; MCVEA, 2001).

Para minimizar os conflitos de interesse são empregados os mecanismos de governança corporativa (MACHADO, 2006). Os mecanismos podem ser segmentados em internos e em externos. Os mecanismos internos contemplam a estrutura de propriedade, o conselho de administração e o sistema de remuneração dos executivos. Por outro lado, os mecanismos externos contemplam o sistema legal e regulatório, mercado de capitais (ROGERS; RIBEIRO, 2006).

2.2 Governança Corporativa em Bancos

Os bancos são entidades que possuem uma natureza especial, especialmente pela sua atuação intermediando recursos entre agentes superavitários e deficitários:

Os bancos são os principais intermediários financeiros dos mercados emergentes. Os recursos por eles obtidos provêm principalmente dos seus depositantes, seja de depósitos à vista, de poupança ou a prazo. Por essa razão a sua quebra afeta de forma adversa a riqueza das famílias e pode possivelmente levar a uma perda sistêmica (Fortuna, 2007, p. 84).

Conforme Caprio e Levine (2002), as instituições financeiras geralmente são menos transparentes que as instituições não-financeiras. Fortuna (2007) ainda propõe que a concentração de assimetria de informações pode gerar falta de confiança nas instituições financeiras.

Adicionalmente, Araújo et al. (2012) indica mais dois aspectos que afetam diretamente a governança em bancos. O primeiro refere-se ao maior destaque para o papel dos credores e órgãos reguladores que estão interessados na performance dos bancos e afetam as decisões. O segundo aspecto trata-se da estrutura de capital do setor bancário ser diferente dos demais, pois trabalham com alavancagem e com patrimônio líquido mais baixo do que as demais empresas.

Segundo Alves e Alves (2009, p. 11), a assimetria de informações “[...] pode gerar implicações para os provedores de recursos de um banco, pois a falta de transparência e de divulgação de informações facilita o desvio de recursos ou a assunção excessiva de riscos por parte dos gestores.” Dessa forma, faz-se necessário que muitos países adotem regulamentações ou seguem orientações de organizações que promovem boas práticas de governança corporativa. Entre as orientações existem aquelas recomendadas pelo BCBS, como os acordos de Basileia e as recomendações pertinentes à governança corporativa em bancos.

O primeiro acordo de Basileia (BCBS, 1988) tinha o foco em estabelecer recomendações para as exigências mínimas de capital para a cobertura de risco de crédito. Em 2004 houve o aprimoramento do primeiro acordo em resposta as crise e fraudes ocorridas na década de 90, denominado como Basileia II (BCBS, 2004) que propôs recomendações mais precisas para avaliação dos riscos. Em 2008 o Acordo de Basileia III (BCBS, 2010) foi direcionado para reforçar o sistema financeiro após a crise *subprimes*. A partir da publicação do Basileia II, houve ênfase maior nos princípios para melhorar a governança corporativa em bancos.

A respeito das recomendações publicadas pelo BCBS pertinentes à governança corporativa em bancos, inicialmente é adequado citar a edição em 1999 do documento ‘*Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations*’, o qual foi baseado nas recomendações da OCDE (BCBS, 1999). Em 2006, esse primeiro documento foi revisto pelo BCBS, e a sua segunda versão buscou corrigir erros nas estruturas de governança em bancos e adequar os princípios aos países com jurisdições menos transparentes do que outras (BCBS, 2006).

Por sua vez, a crise dos *subprimes* evidenciou diversas falhas de governança corporativa em 2007/2008, por exemplo: falta de supervisão da alta administração, gerenciamento inadequado de riscos e estruturas organizacionais. Tendo em vista este fato, o BCBS publicou o documento ‘*Principles for enhancing corporate governance*’, buscando aprimorar a forma como os bancos são governados e o papel da supervisão

(BCBS, 2010). Em complemento, em 2015 houve uma revisão dos princípios publicados em 2010, culminando na edição pelo BCBS do documento ‘*Corporate governance principles for banks*’, que tem como base treze princípios voltados para as ações do conselho de administração, gerenciamento de riscos, remuneração, *compliance*, auditoria interna e transparência (BCBS, 2015).

Considera-se pertinente citar que os assuntos contemplados nos treze princípios do BCBS, citados no parágrafo anterior, podem tangenciar a regulação de jurisdições nacionais. Como exemplo, quanto à temática do gerenciamento de riscos, pode ser citada a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Essa resolução dispõe, entre outros pontos, sobre a estrutura para gerenciamento de riscos em instituições financeiras que atuam no Brasil (BRASIL, 2017).

De acordo com a recomendação do BCBS publicada em 2015, para que a estrutura de governança corporativa em bancos seja sólida e eficaz, fazem-se necessárias a divulgação e a transparência de informações aos acionistas, clientes e partes interessadas. A transparência na área de governança corporativa fornece a essas partes interessadas as informações necessárias para permitir que eles avaliem, entre outros pontos, a eficácia do conselho e da alta administração do banco (BCBS, 2015).

Um estudo realizado por Moura (2011), apresentou as mudanças ocorridas na governança em bancos norte-americanos e europeus com a falência do Lehman Brothers. Esse estudo identificou que após o episódio citado, os bancos tomaram medidas corretivas sintonizados com recomendações do BCBS, dando maior importância para transparência de informações e responsabilização como boa prática de governança e buscando recuperar a confiança de acionistas, de depositantes e dos demais *stakeholders*.

As recomendações do BCBS pertinentes à governança corporativa em bancos editadas antes de 2008 já subsidiaram estudo anterior, como o estudo de Alves e Alves (2009). A partir do referido estudo e, baseado principalmente nos princípios do BCBS publicados em 2015 a respeito da governança corporativa (BCBS, 2015), foi possível propor o Quadro 1, contendo 9 categorias e 40 subcategorias associadas às respectivas categorias. A terceira coluna do Quadro 1 indica, ainda, os princípios do Comitê da Basileia que subsidiaram a elaboração dessas categorias e subcategorias.

Por fim, o Quadro 1 conclui o referencial teórico, apresentando quadro com categorias e subcategorias que podem ser usadas para análise do nível de divulgação da governança corporativa em bancos, com base nas recomendações do BCBS. Na seção seguinte deste artigo é apresentada a metodologia que foi utilizada para a realização deste estudo.

Quadro 1. categorias e subcategorias para análise do nível de divulgação de governança corporativa em bancos

Categorias	Subcategorias	Principais Referências
1. Conselho de Administração	Scat 1.1. Descrição do regimento interno; Scat 1.2. Menção ao tamanho do conselho; Scat 1.3. Identificação dos componentes do conselho; Scat 1.4. Descrição do processo de seleção dos conselheiros; Scat 1.5. Menção às qualificações dos conselheiros; Scat 1.6. Descrição dos critérios de independência dos conselheiros; Scat 1.7. Interesses materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco; Scat 1.8. Identificação de responsabilidades do conselho.	Princípios II e III

2. Diretoria	Scat 2.1. Descrição das responsabilidades da diretoria; Scat 2.2. Menção a quem a diretoria deve reportar-se; Scat 2.3. Descrição das qualificações dos diretores; Scat 2.4. Descrição da experiência dos diretores.	Princípios I e IV
3. Estrutura de propriedade	Scat 3.1. Menção ao controle acionário e ao direito de voto; Scat 3.2. Identificação das partes beneficiárias; Scat 3.3. Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria; Scat 3.4. Menção a assembleia de acionistas.	Princípio V
4. Estrutura organizacional	Scat 4.1. Descrição do organograma do banco; Scat 4.2. Descrição das linhas de negócios do banco; Scat 4.3. Identificação das subsidiárias e afiliadas do banco; Scat 4.4. Descrição dos comitês gestores do banco.	Princípio III
5. Incentivos	Scat 5.1. Menção a política de remuneração; Scat 5.2. Descrição dos parâmetros de compensação de diretores, executivos e conselheiros; Scat 5.3. Identificação de bônus distribuídos; Scat 5.4. Menção a opções de ações.	Princípio XI
6. Código de Conduta	Scat 6.1. Menção ao código de conduta, código de ética ou políticas de negócios do banco; Scat 6.2. Descrição do conteúdo de códigos de governança corporativa ou políticas de negócios; Scat 6.3. Descrição do processo pelo qual o código ou política é implementado; Scat 6.4. Descrição da autoavaliação do conselho de administração a respeito de sua performance relativa ao código ou política.	Princípio I
7. Empresas ligadas e partes relacionadas	Scat 7.1. Menção a natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas; Scat 7.2. Identificação das matérias em relação às quais os membros do conselho de administração têm interesse; Scat 7.3. Descrição das matérias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse.	Princípio I
8. Riscos	Scat 8.1. Menção aos objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos (inclui apetite e tolerância); Scat 8.2. Caracterização do envolvimento do conselho de administração no processo de gerenciamento de riscos; Scat 8.3. Menção a mecanismos para disseminar a cultura de riscos para o pessoal do banco; Scat 8.4. Descrição das estruturas internas para gerenciamento de riscos; Scat 8.5. Descrição dos mecanismos de controle e mitigação relacionados ao risco.	Princípios VI a VIII
9. Outras informações	Scat 9.1. Referência aos relatórios financeiros e não financeiros; Scat 9.2. Divulgação de informações relevantes em site público que apoie a área de governança; Scat 9.3. Divulgação de uma declaração abrangente e específica anual de governança corporativa; Scat 9.4. Menção a regulamentação aplicável a instituição.	Princípio XII

Fonte: Adaptado de BCBS (2015), considerando Alves e Alves (2009) e referencial teórico. Observação: Scat indica 'subcategoria'.

3. Metodologia

A pesquisa em questão é classificada como descritiva (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A pesquisa descritiva tem com finalidade expor características de determinado setor ou determinados eventos e ainda realizar correlação entre variáveis (VERGARA, 2016). A abordagem deste estudo é qualitativa e quantitativa.

A população corresponde a 43 instituições financeiras presentes no relatório de taxas de juros – modalidade pessoa física - aquisição de veículos, disponibilizado no site do BCB na data base junho de 2019 (BCB, 2019b). A escolha das instituições levou em conta a evolução na concessão de crédito para aquisição de veículos no País e a colocação internacional do Brasil no ranking do mercado de aquisição de veículos, conforme citado na introdução (FEBRABAN, 2019; BRASIL, 2019).

A amostra é não-probabilística (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013) e para obter essa amostra foram efetuados os seguintes passos:

1. Das 43 instituições financeiras da população, foram desconsideradas aquelas classificadas como 'não bancários de crédito' no relatório IF.Data (BCB, 2019c). Após retirar essas instituições chegou-se ao total de 29 bancos.

2. Para cada um dos 29 bancos remanescentes, foi analisada a disponibilidade de documentos como: estatuto social e relatórios individualizados. Os bancos Cnh Industrial Capital S.A., RCI Brasil S.A. e A.J. Renner S.A. foram desconsiderados da amostra por não ter sido possível acesso aos estatutos. Assim, chegou-se ao total de 26 bancos.

3. Para os bancos remanescentes que pertenciam a um mesmo conglomerado financeiro, foram considerados em cada conglomerado financeiro os bancos que possuíam o maior ativo total. Dessa forma, foram removidos três bancos da amostra: ItauCard S.A., Banco Bradesco Financiamentos S.A. e Banco PSA S.A. Assim, amostra final foi composta por 23 bancos, conforme exibido na Tabela 1.

Efetou-se uma pesquisa documental. Os dados dos bancos citados na Tabela 1 foram coletados entre julho e agosto de 2019. Para verificar a acessibilidade às informações, buscaram-se os estatutos e relatórios anuais dos bancos. Os relatórios anuais que englobam os relatórios financeiros, informações sobre riscos e governança foram coletados diretamente do sítio eletrônico de cada banco. Quando disponível, foram acessados tais relatórios nos sítios eletrônicos dos bancos na aba 'Relacionamento com Investidores – RI'. Em complemento, foi necessário coletar os estatutos na junta comercial do estado sede do banco.

Tabela 1. Amostra de bancos do segmento de veículos.

Instituição	Porte ¹	Instituição	Porte ¹
Bco Do Brasil S.A.	1.496.641.072,00	Bco Gmac S.A.	13.398.546,00
Caixa Economica Federal	1.314.227.472,00	Bco Cetelem S.A.	11.067.069,00
Bco Bradesco S.A.	1.160.268.545,00	Bco Mercedes-Benz S.A.	10.880.711,00
Itaú Unibanco S.A.	1.097.028.428,00	Bco Toyota Do Brasil S.A.	7.954.055,00
Bco Santander (Brasil) S.A.	807.154.603,00	Bco Honda S.A.	4.916.339,00
Bco do Estado do RS S.A.	78.925.582,00	Bco Volvo Brasil S.A.	4.043.035,00
Bco Pan S.A.	30.628.258,00	Scania Bco S.A.	3.310.814,00
Bco Daycoval S.A.	29.944.505,00	Bco Rodobens S.A.	1.841.467,00
Bco Banestes S.A.	27.804.622,00	Bco Yamaha Motor S.A.	1.141.618,00
Bco J. Safra S.A.	25.699.016,00	Bco Moneo S.A.	655.171,00
Bco da Amazonia S.A.	20.172.766,00	Bco Maxinvest S.A.	37.973,00
Bco Volkswagen S.A.	17.969.992,00		

Fonte: Adaptado de BCB (2019b, 2019c).

Legenda: BCO: Banco - S.A.: Sociedade Anônima; 1. Porte em ativos totais, com valores em R\$ mil.

Para tratamento dos dados empregou-se a análise de conteúdo que é: “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 47). Para possibilitar esse tipo de análise foi empregado o Quadro 1, citado na Seção 2.2 do referencial teórico, com 9 categorias e 40 subcategorias baseadas, em especial, nas Recomendações do BCBS (BCBS, 2015).

A partir da documentação coletada para cada banco, foi possível examinar a presença, a ausência ou a não aplicabilidade de cada subcategoria descrita no Quadro 1. Considerando 23 bancos da amostra citados na Tabela 1, inicialmente houve a

possibilidade de analisar 920 subcategorias. Entretanto, o exame preliminar da documentação de 11 bancos da amostra indicou que eles não possuíam Conselho de Administração. Dessa forma, para esses 11 bancos, as 88 subcategorias associadas à categoria 'Conselho de Administração' foram consideradas não aplicáveis. Assim, no total, 832 subcategorias remanescentes foram passíveis de serem analisadas como presentes e ausentes.

Em complemento, para a análise dos dados foram empregadas estatísticas descritivas e inferenciais com base nos resultados obtidos da análise de conteúdo. A respeito das estatísticas descritivas foram apuradas quantidades e percentuais de subcategorias presentes e ausentes. Sobre a estatística inferencial foram realizados nove testes não paramétricos Q de Cochran (que serviram para verificar o grau de associação entre o percentual de presença das subcategorias associadas a uma mesma categoria) e o teste Qui-Quadrado (que serviu para verificar se os percentuais de presenças das subcategorias era condicionado a determinada categoria). O emprego dos referidos testes é adequado para variáveis categóricas e baseia-se em Siegel e Castellan (2006). Para efetuar os testes não paramétricos foi empregado o software SPSS e para a apresentação de tabelas citadas nos resultados utilizaram-se planilhas do Excel.

4. Resultado e Discussão

4.1 Análise do Nível de Divulgação Considerando as Subcategorias Associadas a Cada Categoria

Esta seção apresenta os resultados e discussão a partir da análise de conteúdo efetuada conforme descrito na metodologia deste estudo. Após exame das 832 subcategorias foi possível elaborar a Tabela 2, descrita na sequência.

A primeira e a segunda colunas da Tabela 2 apresentam as nove categorias e as quarenta subcategorias citadas no Quadro 1 do referencial teórico. Da terceira a quinta coluna da referida tabela apresentam-se, respectivamente: o total de bancos que apresentaram na sua documentação a subcategoria presente, o total de bancos que apresentaram a subcategoria ausente, e o percentual de bancos que apresentaram a subcategoria presente.

Como exemplo, a Tabela 2 apresenta os resultados da análise das subcategorias referentes à categoria 'Conselho de Administração'. Nota-se que a 'Scat 1.2 - Menção ao tamanho do conselho', 'Scat 1.3 - Identificação dos componentes do conselho', 'Scat 1.4 - Descrição do processo de seleção dos conselheiros' e a 'Scat 1.8 - Identificação de responsabilidades do conselho' estiveram presentes na documentação de 100,00% dos bancos da amostra que possuíam Conselho de Administração. Por sua vez, a 'Scat 1.7 - Interesses materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco' não esteve presente na documentação dos citados bancos.

Para cada categoria, a Tabela 2 apresenta, também, os resultados do Teste Q de Cochran. No caso da categoria '1. Conselho de Administração', a realização do citado teste considerou os 12 bancos da amostra que possuem o referido Conselho. Os resultados do teste na Tabela 3 mostram diferenças significativas no percentual de presença apresentados pelas subcategorias Scat 1.1 a Scat 1.8, sendo verificado que o percentual de presença da Scat. 1.7 difere das outras sete subcategorias. Este resultado está de certa forma em sintonia com o resultado obtido no estudo de Alves e Alves (2009), no qual se identificou 10,00% de presença para a subcategoria Scat 1.7.

Tabela 2. Frequências e Testes Q de Cochran – Análise por Subcategorias

Categoria	Subcategoria	P	A	P% ¹	Teste Q de Cochran				
					N	Q de Cochran	GL	Sig.	Comentário
1. Conselho de Administração	Scat 1.1.	8	4	66,67%	12	52,55	7	0,00 ²	Scat 1.7 difere-se das demais subcategorias.
	Scat 1.2.	12	0	100,00%					
	Scat 1.3.	12	0	100,00%					
	Scat 1.4.	12	0	100,00%					
	Scat 1.5.	9	3	75,00%					
	Scat 1.6.	7	5	58,33%					
	Scat 1.7.	0	12	0,00%					
	Scat 1.8.	12	0	100,00%					
2. Diretoria	Scat 2.1.	23	0	100,00%	23	27,34	3	0,00 ²	Scat 2.3 difere-se das demais, exceto Scat 2.2. Scat 2.4 difere-se das demais subcategorias.
	Scat 2.2.	18	5	78,26%					
	Scat 2.3.	14	9	60,87%					
	Scat 2.4.	8	15	34,78%					
3. Estrutura de Propriedade	Scat 3.1.	23	0	100,00%	23	43,44	3	0,00 ²	Scat 3.2 difere-se da Scat 3.1 e Scat 3.4. Scat 3.3 difere-se das demais, exceto Scat 3.2.
	Scat 3.2.	7	16	30,43%					
	Scat 3.3.	4	19	17,39%					
	Scat 3.4.	21	2	91,30%					
4. Estrutura organizacional	Scat 4.1.	9	14	39,13%	23	27,93	3	0,00 ²	Scat 4.1 difere-se das demais subcategorias.
	Scat 4.2.	23	0	100,00%					
	Scat 4.3.	18	5	78,26%					
	Scat 4.4.	19	4	82,61%					
5. Incentivos	Scat 5.1.	17	6	73,91%	23	19,82	3	0,00 ²	Scat 5.1 difere-se das demais subcategorias.
	Scat 5.2.	9	14	39,13%					
	Scat 5.3.	3	20	13,04%					
	Scat 5.4.	8	15	34,78%					
6. Código de Conduta	Scat 6.1.	19	4	82,61%	23	37,06	3	0,00 ²	Scat 6.1 difere da Scat 6.3. Scat 6.4 difere-se das demais subcategorias.
	Scat 6.2.	15	8	65,22%					
	Scat 6.3.	11	12	47,83%					
	Scat 6.4.	0	23	0,00%					
7. Empresas Ligadas e Partes Relacionadas	Scat 7.1.	21	2	91,30%	23	40,09	2	0,00 ²	Scat 7.1 difere-se das demais subcategorias.
	Scat 7.2.	1	22	4,35%					
	Scat 7.3.	0	23	0,00%					
8. Riscos	Scat 8.1.	22	1	95,65%	23	26,30	4	0,00 ²	Scat 8.2 difere-se das demais subcategorias.
	Scat 8.2.	11	12	47,83%					
	Scat 8.3.	18	5	78,26%					
	Scat 8.4.	22	1	95,65%					
	Scat 8.5.	21	2	91,30%					
9. Outras Informações	Scat 9.1.	23	0	100,00%	23	45,31	3	0,00 ²	Scat 9.3 difere-se das demais subcategorias.
	Scat 9.2.	19	4	82,61%					
	Scat 9.3.	5	18	21,74%					
	Scat 9.4.	23	0	100,00%					

Fonte: Dados da pesquisa

Legenda: 'Subcategoria' corresponde às subcategorias associadas a cada categoria, descritas no Quadro 1. 'P' é a quantidade de bancos com a subcategoria presente; 'A' é a quantidade de bancos com a subcategoria ausente; 'P%' é o percentual de bancos com a subcategoria presente; 'N' é o número de bancos; 'Q de Cochran' é o resultado do Teste Q de Cochran; 'GL' são os graus de liberdade do Teste Q de Cochran; 'Sig.' é significância. 'Comentário' apresenta o resultado da comparação de pares de subcategorias.

Observações: ¹ Para cada percentual na coluna P%, o percentual 100,00% considera a soma das colunas P e A. ² Significativo a 1%.

Em adição, a Tabela 2 mostra que para a Categoria 8. 'Riscos', três das quatro subcategorias apresentam percentuais de presença superiores a 78,00%. Já a Scat 8.2 'Caracterização do envolvimento do conselho de administração no processo de gerenciamento de riscos' apresentou percentual de presença de 47,83%. Os resultados do Teste Q de Cochran e a comparação de pares de subcategorias indicam que Scat 8.2 difere significativamente das demais subcategorias associadas à categoria 'Riscos', fato que sugere uma menor divulgação dos bancos da amostra sobre o envolvimento do Conselho de Administração no processo de gerenciamento de riscos. As subcategorias associadas a categoria 'Riscos' foram baseadas em princípios do BCBS (2015), citados no referencial teórico deste trabalho.

Pode ser citada, também, a Categoria '9. Outras Informações', cujos resultados citados na Tabela 2 mostram que a maioria das subcategorias associadas a essa categoria apresentaram percentuais de presença superiores a 80,00%, exceto 'Scat 9.3. Divulgação de uma declaração abrangente e específica anual de governança corporativa', com percentual de presença de 21,74%. Os resultados do Teste Q de Cochran e a comparação de pares de subcategorias permitiu constatar que o percentual de presença de Scat. 9.3 diferiu-se das demais subcategorias associadas à Categoria 9, fato que sugere uma menor divulgação dos bancos da amostra sobre uma declaração abrangente e específica anual de governança corporativa.

Por sua vez, é útil citar que para a Categoria '7. Empresas ligadas e partes relacionadas', os resultados da Tabela 2 mostram que a maioria das subcategorias apresentaram percentuais de presença inferiores a 5,00%, exceto 'Scat 7.1. Menção a natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas', com percentual de presença de 91,30%. Os resultados do Teste Q de Cochran e da comparação de pares de subcategorias confirmam que Scat 7.1 difere das demais subcategorias associadas a essa categoria. Nota-se que a Scat 7.1 obteve um percentual de presença de 50,00% no estudo de Alves e Alves (2009), o qual foi citado no referencial teórico deste estudo.

4.2 Análise do Nível de Divulgação por Categoria

A Tabela 3 apresenta as frequências observadas em cada categoria citada no Quadro 1. O total de subcategorias presentes associado a cada categoria foi baseado em informações extraídas da Tabela 2. A Tabela 3 apresenta, também, o resultado do Teste Qui-quadrado.

A hipótese nula desse teste foi a de que não havia diferenças significativas entre o percentual de presença de subcategorias associado a cada categoria. A hipótese alternativa indicava que tais percentuais apresentavam diferenças significativas. Para 8 graus de liberdade, significância de 0,01, o resultado sugere a rejeição da hipótese nula. Dessa forma, há diferenças significativas entre o percentual de presença de subcategorias associado a cada categoria mostrada na Tabela 3.

Verifica-se que a Categoria '9. Outras Informações' apresentou 76,10% de presença e as categorias 'Conselho de Administração' e 'Estrutura Organizacional' apresentaram, ambas, percentual de presença de 75,00%. No estudo de estudo de Alves e Alves (2009) a categoria 'Conselho de Administração' apresentou 42,50% de presença e a categoria 'Estrutura Organizacional' apresentou 77,50% de presença.

Tabela 3. Frequências e Testes Qui-Quadrado – Divulgação por Categoria

Categoria	Divulgação		Total (%)	QQ	GL	Sig.
	P (%)	A (%)				
Conselho de Administração	72 (75,00)	24 (25,00)	96 (100,00)	92,18 ¹	8	0,00 ₂
Diretoria	63 (68,50)	29 (31,50%)	92 (100,00)			
Estrutura de propriedade	55 (59,80)	37 (40,20)	92 (100,00)			
Estrutura Organizacional	69 (75,00)	23 (25,00)	92 (100,00)			
Incentivos	37 (40,20)	55 (59,80)	92 (100,00)			
Código de Conduta	45 (48,90)	47 (51,10)	92 (100,00)			
Empresas ligadas e partes relacionadas	22 (32,40)	46 (67,60)	68 (100,00)			
Riscos	94 (81,00)	22 (19,00)	116 (100,00)			
Outras informações	70 (76,10)	22 (23,90)	92 (100,00)			
Total	527 (63,34)	305 (36,66)	832 (100,00)			

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Presença; A – Ausência; QQ: Teste Qui-Quadrado; GL – graus de liberdade; Sig: Significância.

Observações: ¹ Todos os requisitos para a execução do Teste Qui-Quadrado foram atendidos. ² Significativo a 1%.

Por fim, os resultados indicaram que o percentual de presença por categoria não foi uniforme. Verifica-se na Tabela 3 que a categoria ‘8. Riscos’ apresentou o percentual de 81,00% de presença. Já a categoria ‘7. Empresas ligadas e partes relacionadas’ apresentou percentual de 32,40% de presença. Conforme citado na seção 4.2.1, as subcategorias associadas a categoria ‘Riscos’ foram baseadas em princípios do BCBS (2015), citados no referencial teórico deste trabalho. Acrescente-se que a temática do gerenciamento de riscos, é abordada na regulamentação brasileira (BRASIL, 2017), fato que pode ter contribuído para a divulgação a respeito dessa categoria pelos bancos da amostra deste estudo.

5. Conclusão

O objetivo deste estudo foi analisar o nível de divulgação da governança corporativa em bancos atuantes no segmento de aquisição de veículos, com base nas recomendações do Comitê da Basileia. Esta pesquisa é relevante pois visa promover o conhecimento acerca do nível de divulgação da governança corporativa em bancos e contribui para aumentar o conhecimento acerca da governança em bancos que atuam no financiamento da aquisição de veículos no Brasil.

Realizou-se estudo descritivo, de natureza qualitativa e quantitativa. Foram selecionados 23 bancos por acessibilidade aos dados, conforme relatório de taxa de juros do BCB de junho de 2019. Efetuou-se uma pesquisa documental e o tratamento dos

dados empregou análise de conteúdo, levando em conta 9 categorias e 40 subcategorias baseadas em Recomendações do Comitê da Basileia. Foram empregadas estatísticas descritivas e inferenciais nas análises, com uso dos testes não paramétricos Q de Cochran e Qui-quadrado.

Examinaram-se 832 subcategorias aplicáveis ao estudo, apurando-se que o nível de divulgação da governança corporativa dos bancos do segmento de aquisição de veículos apresentou a presença de 63,34% do total de subcategorias aplicáveis. Esse percentual de divulgação não se distribuiu de maneira uniforme entre as categorias analisadas. A categoria '8. Riscos' apresentou o percentual de 81,00% de presença e a categoria '7. Empresas ligadas e partes relacionadas' apresentou percentual de 32,40% de presença. Em complemento, verificaram-se diferenças entre os percentuais de presença de subcategorias associadas a cada categoria.

Este estudo tratou um tema que pode contribuir para reflexões de acadêmicos, gestores dos bancos do segmento de aquisição de veículos, clientes, regulador, associações de bancos do segmento, entre outras partes interessadas. Conforme citado na introdução e na metodologia deste estudo, a escolha das instituições considerou a evolução na concessão de crédito para aquisição de veículos no País e a colocação internacional do Brasil no ranking do mercado de aquisição de veículos. Entretanto, deve-se esclarecer que os resultados delimitam-se aos dados dos bancos da amostra que foram coletados no período do estudo.

Por fim, como sugestão para estudos futuros, pode-se reproduzir a pesquisa em outros períodos de análise, com a finalidade de verificar a evolução do nível de divulgação da governança corporativa entre bancos do segmento de aquisição de veículos. Em adição, constata-se que as categorias e subcategorias citadas no Quadro 1, baseadas em especial em princípios de governança corporativa atualizados até 2015 pelo Comitê da Basileia, poderão ser usadas em outras pesquisas acadêmicas, abrangendo bancos atuantes em outros segmentos do SFN.

Referências

ALVES, C. A. D. M; ALVES, N. T. H. Análise do nível de divulgação da governança corporativa segundo recomendações do Comitê da Basileia: um estudo em bancos privados e públicos brasileiros. **Revista Universo Contábil**, SC, v. 5, n. 1, p. 06-21, nov./2008. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1076>>. Acesso em: 10/8/2019.

ARÁUJO, A. M. H. B. D; MENDES, P. C. D. M; LUSTOSA, P. R. B. Governança corporativa no Brasil: contraste de práticas entre instituições financeiras e instituições não financeiras. **Revista Universo Contábil**, v. 2, n. 8, p. 64-83, jun./2012. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2519/1945>>. Acesso em: 27/8/2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BCB. Banco Central do Brasil. **Recomendações de Basileia**. [2019a]. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/recomendacoesbasileia>>. Acesso em: 20/1/2020.

BCB. Banco Central do Brasil. **Pessoa Física - Aquisição de veículos**. [2019b]. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros/?path=conteudo%2Ftxcred%2FReports%2FTaxasCredito-Consolidadas-porTaxasAnuais-Historico.rdl&nome=Hist%C3%B3rico%20Posterior%20a%2001%2F01%2F2012&exibeparametros=true>>. Acesso em: 08/11/2019.

BCB. Banco Central do Brasil. **Relatório IF.Data**. [2019c]. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/ifdata/#>>. Acesso em: 13/3/2020.

BCBS. BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards**, Bank for International Settlements, July 1988. Disponível em: <<https://www.bis.org/publ/bcbs118.pdf>>. Acesso em: 14/8/2019.

BCBS. BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations**, Bank for International Settlements, September 1999. Disponível em: < [https://www.bis.org/publ/BCBS 56.pdf](https://www.bis.org/publ/BCBS%2056.pdf) >. Acesso em: 02/12/2019.

BCBS. BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards**, Bank for International Settlements, November 2005. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/bcbs118.pdf>. Acesso em 14/8/2019.

BCBS. BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations**, Bank for International Settlements, October 2006. Disponível em: <[https://www.bis.org/publ/BCBS 176.htm](https://www.bis.org/publ/BCBS%20176.htm)>. Acesso em: 14/8/2019.

BCBS. BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **Corporate governance principles for banks**, Bank for International Settlements, October 2015. Disponível em: < <https://www.bis.org/BCBS/publ/d328.htm>>. Acesso em: 14/8/2019.

BERLE, Adolf; MEANS, Gardiner; **The Modern Corporation and Private Property**. New York: Macmillan: Transaction Publishers, 1932.

BRASIL. Ministério da Economia Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Setor Automotivo**. 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/setor-automotivo>>. Acesso em: 21/8/2019.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. **Resolução nº 4.557, de 23/2/2017**. Dispõe sobre a estrutura para gerenciamento de riscos a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4557>>, Acesso em 6/9/2020.

CAPRIO, G; LEVINE, R. Corporate governance in finance: Concepts and international observations. **Financial sector governance: The roles of the public and private**

sectors, p. 17-50, 2002. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.19.254&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 28/8/2019.

COIMBRA, F. C. **Estrutura de governança corporativa e gestão de riscos: um estudo de casos no setor financeiro**. 2011. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.12.2011.tde-16082011-132703. Acesso em: 22/12/2019.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS, **Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas**. 07-14 agosto 2019. Disponível em: <<https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Economia%20Banc%C3%A1ria%20e%20Expectativas%20-%20Agosto%20de%202019.pdf>>. Acesso em: 21/8/2019.

FREEMAN, R. E; MCVEA, J. A. Stakeholder Approach to Strategic Management. **Working Paper - Darden Business School** nº 01-02, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/deref/http%3A%2F%2Fpapers.ssrn.com%2Fpaper%3Fabstract_id%3D263511>. Acesso em 28/6/2020.

FORTUNA, E.L.P. **A Governança Corporativa no Sistema Bancário – Uma Visão Orientada aos Depositantes, Credores e à Sociedade**. Tese (Doutorado em Administração) – 46 Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=10522>. Acesso em: 22/12/2019.

IBGC. INSTITUTO BRASILEIRO GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**, 5. ed. 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4382648/mod_resource/content/1/Livro_Codigo_Melhores_Praticas_GC.pdf>. Acesso em: 15/8/2019.

JENSEN, M. C.; MECKLING. W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, Oct. 1976.

MACHADO, C. A. P., Fº. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações**. São Paulo: Thomson, 2006.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Principles of Corporate Governance**. 1999. Disponível em: <[https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=C/MIN\(99\)6&docLanguage=En](https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=C/MIN(99)6&docLanguage=En)>. Acesso em: 13/8/2019.

MOURA, J. A. R. C. **O que mudou no governo dos bancos europeus e norte-americanos com a falência do Lehman Brothers?** Dissertação (Mestrado). Universidade de Porto, 2011.

ROGERS, P; RIBEIRO, S.K.C. Mecanismos de Governança Corporativa no Brasil: evidências do controle pelo mercado de capitais. **Contextus–Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 4, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/contextus/article/view/32076>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ROSSETI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana; **Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SIEGEL, S; CASTELLAN, J. N. J. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.